

## INTERVENÇÃO PROFERIDA NO PLENÁRIO

### *Debate do Plano e Orçamento para 2006*

*Senhor Presidente*

*Senhoras e Senhores Deputados*

*Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo*

Há menos de um ano – aquando do debate do Programa do IX Governo Regional – sustentámos que a agenda deste século é a criação duma *sociedade sustentável* e que a superação do actual estado das coisas e a afirmação de uma nova ordem constituem um importante e complexo desafio, que convoca a utopia, ou seja, nas palavras de Boaventura Sousa Santos, “*a exploração de novas possibilidades e vontades humanas, por via da oposição da imaginação à necessidade do que existe, só porque existe, em nome de algo radicalmente melhor que a humanidade tem direito de desejar e porque merece a pena lutar*”.

Nos dias de hoje, já ninguém – ou quase ninguém – coloca em causa que o princípio do desenvolvimento sustentável – apoiado na prosperidade económica, na protecção da natureza e na equidade social e ambiental – deve nortear toda a política, particularmente a política de Ambiente, e afirmar-se como imperativo ético, já que a

resolução das controvérsias e conflitos ambientais com que nos deparamos constantemente, bem como a promoção de uma cidadania activa, informada, comprometida com a implementação da sustentabilidade e responsabilizada para com o Ambiente convoca um conjunto de princípios morais.

Assim, a questão emergente já não é mais se necessitamos de uma ética global, mas sim como obter uma ética para o futuro e como esta poderá ser assimilada, de modo a levar a uma nova direcção política. Hoje em dia muitas pessoas são conhecedoras dos desafios que o mundo enfrenta e muitos, inclusive, têm o que se pode chamar de uma consciência global ou uma consciência ecológica, mas, paradoxalmente, sabemos que o tempo se está a esgotar e não agimos para mudar as coisas, antes que seja tarde, demasiado tarde.

*Senhor Presidente*

*Senhores Deputados e Membros do Governo*

Com o passar dos anos, o risco ambiental tem-se materializado em dano efectivo e, perante esta triste realidade, há que exigir uma nova e modificada cidadania, já que sem ela não teremos como nos defender dessa quase fatalidade, da qual ninguém nos pode salvar a não ser nós mesmos.

É indubitável que o desafio da sustentabilidade só poderá vir a ser alcançado tendo por base um exercício de cidadania alargado,

vencendo-se um processo de mudança de mentalidades, de forma a que o exercício desse activismo na defesa do Ambiente seja, cada vez mais, assumido pela generalidade dos cidadãos.

Há poucos meses, Jostein Gaarder escrevia que *“cinquenta e um anos depois da assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o mundo necessita de uma nova declaração universal, desta vez de obrigações humanas, tanto dos indivíduos quanto dos estados, a fim de deter a progressiva deterioração do ambiente de nosso Planeta. E prosseguia dizendo que “há no mundo milhares de organizações que actualmente se ocupam dos direitos das pessoas, mas somente um punhado se está preocupando com o estabelecimento de obrigações humanas”*.

Para cuidarmos do Planeta, precisamos todos de passar por uma alfabetização ecológica e de rever os nossos hábitos de consumo. Importa, pois, desenvolver uma ética do cuidado, que está dependente da possibilidade de cada cidadão, em qualquer parte do mundo, exercer direitos e deveres correspondentes ao objectivo global de promoção do equilíbrio ambiental. Para tanto, é necessário também a promoção da democracia, da justiça, da educação, da solidariedade e do acesso aos meios para uma vida digna, incluindo o acesso à informação, já que este novo conceito de cidadania ambiental refere-se ao conjunto de condições que permitem a cada ser humano actuar efectivamente na defesa da Vida no Planeta.

*Senhor Presidente*

*Senhoras e Senhores Deputados*

*Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo*

Desde 1996, que esse novo rumo tem vindo a ser, firme, competente e progressivamente, trilhado nos Açores.

Na sequência da criação da Direcção de Serviços de Promoção Ambiental e de toda a actividade desenvolvida por este serviço, a educação ambiental passou a ocupar um espaço de destaque na política do Governo Regional.

Nos programas e na acção dos VII, VIII e IX Governos Regionais preconiza-se e tem-se vindo a desenvolver um processo de formação, informação e sensibilização partilhado pela generalidade dos agentes políticos, económicos e sociais, e a implementação de uma estratégia regional para a educação ambiental, onde a rede regional de Ecotecas e a instalação de Centros de Interpretação Ambiental, junto das áreas protegidas, são os projectos mais visíveis.

Mas se a educação e a informação ambientais são alguns dos requisitos obrigatórios na formação dessa ética para o futuro, não são certamente os únicos.

A definição duma estratégia regional para a conservação da natureza e da biodiversidade, bem como para a elaboração de planos de ordenamento e gestão de áreas prioritárias, designadamente áreas

protegidas, bacias hidrográficas, orla costeira e áreas da Rede Natura 2000, fundada em bases científicas sólidas, é outro exemplo que confirma a exactidão do rumo traçado, num oceano, por vezes, de águas agitadas, quer pela resistência de determinadas corporações, quer pela demagogia irresponsável de algum poder político caduco.

Com o ano de 2012 cada vez mais próximo e com os objectivos de Quioto colocados em risco, os Açores destacam-se, também, por já terem efectuado alterações profundas na sua matriz energética, incorporando, em grande escala, fontes sustentáveis, designadamente energia geotérmica, eólica e hídrica, que atingiram 20,2% da produção em 2003, claramente além da meta de 12% estabelecida pela União Europeia para 2010.

*Senhor Presidente*

*Senhores Deputados e Membros do Governo*

Num debate de apreciação do Plano Anual e do Orçamento Regional não podíamos, obviamente, deixar de fazer uma incursão por esses documentos, abordando – mesmo que de forma sintética – os números e a sua evolução.

O Plano Anual para 2006 prevê no *Programa 21 – Ordenamento do Território e Qualidade Ambiental*, um investimento global de 19.083.004,00 €, dos quais 15.930.400,00 € a financiar pelo

Orçamento Regional e 3.152.604,00 € correspondendo a verbas provenientes de outros fundos, designadamente comunitários.

O montante do Plano de Investimentos financiado pelo Orçamento Regional passou de 14.134.057,00 € em 2005 para 15.930.400,00 € em 2006, crescendo 12,7%, numa fortalecimento, claro, das políticas públicas de Ambiente, o que constituiu um factor fundamental para a indução das necessárias mudanças estruturais que a nova agenda global reivindica.

Não fossem quase incontáveis as razões – as quais, por serem de conhecimento generalizado, é desnecessário enunciar – bastar-nos-ia uma questão de sobrevivência – da nossa sobrevivência – para concluirmos que nunca foi tão necessária uma ética para o futuro na relação Homem/Natureza e que, não obstante a nossa dimensão, podemos orgulhar-nos de estar a contribuir, de forma líquida, para esse desiderato.

Disse!

Sala das Sessões, em 24 de Novembro de 2005

O Deputado Regional,

*Hernâni Jorge*